



Simulado Final
Auditoria de Atividades
Urbanas do Distrito Federal
Atividades Econômicas e Urbanas
Pós-Edital

Simulado

Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal - Atividades Econômicas e Urbanas

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal - Atividades Econômicas e Urbanas;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Auditor-Atividades-Econômicas-Urbanas-18-02>

01 - ABCDE	13 - ABCDE	25 - ABCDE	37 - ABCDE	49 - ABCDE
02 - ABCDE	14 - ABCDE	26 - ABCDE	38 - ABCDE	50 - ABCDE
03 - ABCDE	15 - ABCDE	27 - ABCDE	39 - ABCDE	51 - ABCDE
04 - ABCDE	16 - ABCDE	28 - ABCDE	40 - ABCDE	52 - ABCDE
05 - ABCDE	17 - ABCDE	29 - ABCDE	41 - ABCDE	53 - ABCDE
06 - ABCDE	18 - ABCDE	30 - ABCDE	42 - ABCDE	54 - ABCDE
07 - ABCDE	19 - ABCDE	31 - ABCDE	43 - ABCDE	55 - ABCDE
08 - ABCDE	20 - ABCDE	32 - ABCDE	44 - ABCDE	56 - ABCDE
09 - ABCDE	21 - ABCDE	33 - ABCDE	45 - ABCDE	57 - ABCDE
10 - ABCDE	22 - ABCDE	34 - ABCDE	46 - ABCDE	58 - ABCDE
11 - ABCDE	23 - ABCDE	35 - ABCDE	47 - ABCDE	59 - ABCDE
12 - ABCDE	24 - ABCDE	36 - ABCDE	48 - ABCDE	60 - ABCDE

LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL*Janaina Arruda***Texto para responder as questões de 1 a 6****Petrobras atinge metas de produção em 2022 e vendas totais somaram 3,03 milhões de barris por dia**

Estatul bateu recorde no pré-sal, que já representa 73% do total da produção própria da Petrobras

A Petrobras divulgou nesta quarta-feira (8) o Relatório de Produção e Vendas de 2022. Segundo o documento, a estatal atingiu todas as suas metas de produção do ano passado.

As vendas totais de petróleo, gás e derivados em 2022 somaram 3,03 milhões de barris por dia (bpd), queda de 0,3% ante o ano anterior.

Já as vendas totais no quarto trimestre alcançaram 3,072 milhões de bpd, alta de 0,6% ante um ano antes e avanço de 6,5% na comparação com o trimestre anterior.

As exportações de petróleo, derivados e outros da Petrobras somaram 714 mil bpd em 2022, recuo de 12% em relação ao ano anterior.

“A exportação líquida de 2022 teve redução de 28% em relação a 2021, principalmente devido à menor exportação de petróleo em função da redução da produção, além da menor exportação de óleo combustível devido ao desinvestimento da RLAM em 2021”, disse a Petrobras no relatório.

A companhia também bateu recorde anual, em 2022, de produção própria do pré-sal, com média de 1,97 MMboed, representando 73% da produção total da Petrobras. A produção da companhia no pré-sal vem crescendo e o recorde registrado representa um incremento de 83% em relação ao volume produzido pela Petrobras nesta camada há 5 anos.

Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/petrobras-atinge-metas-de-producao-em-2022-e-vendas-totais-somaram-303-milhoes-de-barris-por-dia/>

01. No que concerne às ideias apresentadas, infere-se que:

- a) o intuito do texto restringe-se à divulgação das exportações de petróleo realizadas pela Petrobras.
- b) existe maior destaque para a produção própria do pré-sal realizada pela empresa
- c) a produção da companhia em pré-sal ainda está inferior ao que se esperava pelos especialistas.
- d) o ano de 2021 foi um ano pior em exportações para a empresa do que em 2022.
- e) todos os anos a empresa bate recordes na produção dos derivados de petróleo.

02. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, no que se refere à pontuação presente no texto, assinale a alternativa correta.

- a) No primeiro parágrafo do texto, a inserção de uma vírgula após “quarta-feira” manteria a correção gramatical do trecho, uma vez que separa adjunto adverbial deslocado.
- b) A vírgula no trecho “As vendas totais de petróleo, gás e derivados em 2022...”, no segundo parágrafo, é obrigatória, pois separa o sujeito de seu aposto.
- c) No terceiro parágrafo, a substituição da vírgula após “bpd” por dois-pontos manteria a correção gramatical do período.
- d) O uso das aspas no quinto parágrafo é justificado por se tratar de discurso indireto de membro da companhia.
- e) As vírgulas que isolam “em 2022”, no último parágrafo, são obrigatórias.

03. Tendo em vista as regras de concordância, em relação a vocábulos do texto, assinale a alternativa correta.

- a) No segundo parágrafo, o termo “totais” está flexionado no plural por concordar com petróleo, gás e derivados.
- b) No trecho “As exportações de petróleo, derivados e outros da Petrobras somaram 714 mil bpd em 2022” o verbo “somaram” está no plural por concordar com o numeral 714 mil.
- c) No trecho “A exportação líquida de 2022 teve redução de 28%” a locução verbal “teve redução” poderia ser substituída por “pôde reduzir”, mantendo a correção gramatical.
- d) No último parágrafo, o trecho “representando 73% da produção total da Petrobras” o verbo concorda com 73%.
- e) No trecho “o recorde registrado representa um incremento de 83% em relação ao volume produzido pela Petrobras nesta camada há 5 anos”, o verbo haver está no singular por ser verbo impessoal.

04. No que se refere às relações de sinonímia e antonímia de vocábulos do texto, assinale a alternativa que corresponde a sinônimo da palavra “incremento”.

- a) medrança
- b) ajuste
- c) dedução
- d) agravamento
- e) regeneração

05. Quanto à equivalência e à transformação de estruturas do texto, assinale a alternativa que reescreve o período “A produção da companhia no pré-sal vem crescendo e o recorde registrado representa um incremento de 83% em relação ao volume produzido pela Petrobras nesta camada há 5 anos.”, mantendo o sentido original da informação.

- a) A produção da companhia no pré-sal cresceu e o recorde registrado representava um incremento de 83% em relação ao volume produzido pela Petrobras nesta camada fazem 5 anos.
- b) A produção da companhia no pré-sal crescia e o recorde registrado representaria um incremento de 83% em relação ao volume produzido pela Petrobras nesta camada faz 5 anos.
- c) A produção da companhia no pré-sal vinha crescendo e o recorde registrado representava um incremento de 83% em relação ao volume produzido pela Petrobras nesta camada faz 5 anos.
- d) A produção da companhia no pré-sal está crescendo e o recorde registrado representa um incremento de 83% em relação ao volume produzido pela Petrobras nesta camada faz 5 anos.
- e) A produção da companhia no pré-sal está crescendo e o recorde registrado representa um incremento de 83% em relação ao volume produzido pela Petrobras nesta camada fazem 5 anos.

06. Os sentidos do texto, assim como a correção gramatical deste, seriam mantidos caso se substituísse

- a) “divulgou” por “confidenciou” no trecho: A Petrobras divulgou nesta quarta-feira (8) o Relatório de Produção e Vendas de 2022.
- b) “a estatal atingiu todas as suas metas” por “a estatal atingiu todas às suas metas”
- c) “A exportação líquida de 2022 teve redução de 28% em relação a 2021” por “A exportação líquida de 2022 teve redução de 28% em relação à 2021”
- d) “menor exportação de óleo combustível devido ao desinvestimento da RLAM em 2021” por “devido o desinvestimento”
- e) “com média de 1,97 MMboed, representando 73% da produção total da Petrobras.” por “com média de 1,97 MMboed, o que representa 73% da produção total da Petrobras”.

07. A redação oficial não é necessariamente árida e contrária à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com objetividade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular etc.

Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2021

Com base nas informações do texto e nas demais disposições do *Manual de Redação da Presidência da República*, assinale a alternativa correta.

- a) O texto com o local e a data do documento deve ser alinhado à margem esquerda da página.
- b) Nos textos do padrão ofício, não é obrigatório identificar o nome e o número do expediente.
- c) Nas comunicações oficiais, o vocativo deve sempre ser composto, independentemente do cargo do destinatário, apenas pelo pronome Senhor ou Senhora.
- d) O uso do padrão culto nos textos oficiais não pode ser confundido com a supervalorização de uma linguagem rebuscada ou carregada de termos técnicos.
- e) Recomenda-se o uso de formas como **Tenho a honra de comunicar** para tornar os textos do padrão ofício mais objetivos e impessoais.

08. Acerca do emprego dos pronomes de tratamento, assinale a alternativa correta.

- a) Vossa Excelência é a forma adequada para tratamento direto ao presidente da República. Nessa situação, o pronome pode ser grafado por extenso ou ser abreviado.
- b) O uso de Digníssimo (DD) e de Ilustríssimo (Ilmo.), em comunicações oficiais, é adequado para tratamento entre presidentes de Conselhos Regionais de Nutrição, por exemplo.
- c) A expressão Doutor é considerada forma de tratamento, devendo ser utilizada indiscriminadamente para designação de altas autoridades do Poder Executivo.
- d) As locuções pronominais de tratamento Vossa Excelência e Vossa Senhoria devem ser usadas quando se dirige à pessoa; quando a ela se refere, utilizam-se as expressões Sua Excelência ou Sua Senhoria.
- e) Os pronomes, no corpo de texto oficial, podem ser empregados somente por extenso, jamais nas respectivas formas abreviadas.

**REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRIA,
GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA,
ECONÔMICA E DE DIREITOS HUMANOS DO
DF E DA RIDE**

Leandro Signori

09. Em parceria com Oscar Niemeyer, tornou-se um dos principais escultores de Brasília, entre as suas obras se destacam as estátuas A Justiça, localizada em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal, na Praça dos Três Poderes, e As Iaras, no Palácio da Alvorada e muitas outras obras de grande importância e beleza.

Trata-se de:

- a) Alfredo Ceschiatti.
- b) Athos Bulcão.
- c) Bruno Giorgi.
- d) Lúcio Costa.
- e) Sérgio Bernardes.

10. O Distrito Federal é uma unidade da federação singular, diferente das demais unidades federativas. Sobre a estrutura político-administrativa do DF, assinale a alternativa correta:

- a) O DF é representado por um governador eleito e uma Assembleia Legislativa composta por deputados distritais.
- b) Como região administrativa, o DF possui autonomia político-administrativa e competência legislativa reservada aos Estados e Municípios pela Constituição Federal.
- c) O DF possui uma Câmara Legislativa Distrital, composta por deputados distritais eleitos, e é dividido em regiões administrativas.
- d) A Câmara Legislativa do DF possui competência legislativa própria de Municípios, excetuando-se matéria tributária equivalente à dos Estados nas suas competências.
- e) As regiões administrativas possuem representação política por meio de representantes especificamente eleitos para a Câmara Legislativa do DF.

11. A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) foi estabelecida para fins de planejamento territorial e de desenvolvimento econômico conjunto de seus entes integrantes. A respeito de múltiplos aspectos dessa região, assinale a alternativa correta:

- a) É administrada por um Conselho Diretor formado por representantes do poder público e da sociedade civil organizada.
- b) Possui autonomia financeira e poderá ser dissolvida, em casos específicos, mediante decisão do Governo Federal.
- c) Possui personalidade jurídica própria, com autonomia político-administrativa que se sobrepõe às competências de seus entes integrantes, porém, limitada à elaboração de estudos e projetos.
- d) O planejamento da RIDE deve ser pautado pela cooperação e interação entre seus entes integrantes com enfoque prioritário nas áreas de infraestrutura e geração de empregos.
- e) Os municípios integrantes não poderão celebrar acordos de parceria com outros entes federativos para fins de desenvolvimento econômico e social.

12. Sobre as características econômicas e demográficas da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), assinale a alternativa correta:

- a) É caracterizada pelo desenvolvimento de uma economia primária e pela concentração de população em grandes centros urbanos, como Brasília.
 - b) Predomina, na RIDE, a população urbana e com elevado índice de escolaridade e com alta expectativa de vida, distribuída de forma equilibrada entre seus municípios integrantes.
 - c) As atividades econômicas na região são bastante diversificadas e bem distribuídas entre os setores da economia, com significativo predomínio urbano sobre o rural.
 - d) É caracterizada pela presença de uma economia baseada na indústria civil e de transformação e pela concentração de população no Distrito Federal e municípios do Entorno limítrofe de Brasília.
 - e) É uma região com uma economia diversificada, mas com problemas comuns que afetam a qualidade de vida da população, além da elevada desigualdade social.
-

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI

Tiago Zanolla



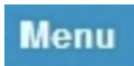


13. O Sistema Eletrônico de Informações – SEI é uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos. Segundo o Decreto N. 36.756/2015 do DF, dentre os objetivos do SEI, não se encontra a de

- a) aumentar celeridade na tramitação de documentos e processos.
- b) aprimorar a segurança e a confiabilidade dos dados e das informações
- c) reduzir o uso de papel com o devido aumento em custos operacionais.
- d) facilitar o acesso às informações
- e) criar condições mais adequadas para a produção e utilização de informações

14. Para fins de gestão e funcionamento do SEI, é regulamentado a assinatura eletrônica. Segundo o Decreto N. 36.756/2015 do DF, a assinatura baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP – BRASIL) é denominada

- a) Assinatura Eletrônica
- b) Assinatura Digital
- c) Assinatura Cadastrada
- d) Assinatura Autorizada
- e) Assinatura Autenticada.

15. De acordo com o Manual SEI, o ícone que permite ao usuário voltar à página inicial é o

- a) Controle de Processos 
- b) Configuração do Sistema 
- c) Menu 
- d) Sair do Sistema 
- e) Usuário 

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

Rodrigo Francelino

16. Quanto à organização do Distrito Federal, em conformidade com a respectiva Lei Orgânica, assinale a alternativa correta.

- a) Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, é a sede do governo do Distrito Federal.
- b) A bandeira, o hino e o brasão são símbolos do Distrito Federal, vedada a instituição de outros símbolos.
- c) O território de Brasília compreende o espaço físico-geográfico que se encontra sob seu domínio e jurisdição
- d) O Administrador Regional não poderá ser inelegível nem ter cometido qualquer espécie de crime.
- e) Não há participação popular no processo de escolha do Administrador Regional.

17. Acerca dos fundamentos da organização dos poderes e do Distrito Federal previstos na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa correta.

- a) O poder que emana do povo somente pode ser exercido por meio de deputados distritais, que são os legítimos representantes do povo do Distrito Federal.
- b) O Distrito Federal, no exercício de sua autonomia política, administrativa e financeira, rege-se apenas pela LODF.
- c) A soberania é elemento que compõe os valores fundamentais do Distrito Federal, haja vista que este integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil.
- d) A LODF veda a discriminação do indivíduo que sofre de deficiência física, sensorial, imunológica ou mental.
- e) Os valores fundamentais do Distrito Federal compreendem o pluripartidarismo, que garante a pluralidade de ideias em um mesmo território.

18. Por disposição da Constituição Federal de 1988, o Distrito Federal rege-se por lei orgânica distrital, votada em dois turnos com interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição. A esse efeito necessário denominamos de simetria. No que se refere à Lei Orgânica, em relação à organização do Distrito Federal, assinale a alternativa correta:

- a) São símbolos do Distrito Federal a bandeira, o hino e o brasão, que serão criados por meio de lei com aprovação da maioria absoluta da CLDF.
- b) promover a inclusão digital, o direito de acesso à Internet, o exercício da cidadania em meios digitais e a prestação de serviços públicos por múltiplos canais de acesso é um dos valores fundamentais do DF.
- c) As Regiões Administrativas integram a estrutura administrativa do Distrito Federal.
- d) O Palácio do Buriti é a sede do governo do Distrito Federal.
- e) A LODF equivale, em força, autoridade e eficácia jurídicas, a um verdadeiro estatuto constitucional, essencialmente equiparável às Constituições promulgadas por Estados-Membros.

**DIREITO ADMINISTRATIVO E LEI
COMPLEMENTAR Nº 840/2011 (REGIME
JURÍDICO DOS SERVIDORES DO DISTRITO
FEDERAL)**

Antônio Daud

19. Tomando por base as definições constantes da “nova lei de licitações e contratos”, Lei 14.133/2021, é INCORRETO afirmar que:

- a) compra representa a aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento.
- b) projeto básico representa o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação.
- c) estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.
- d) bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- e) matriz de riscos representa a cláusula, embora sem natureza contratual, definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações.

20. Considerando que determinado agente público distrital foi condenado pela prática de ato de improbidade consistente em nomeação de seu irmão para ocupar cargo de confiança, de natureza administrativa, no órgão que chefiava. Pode-se concluir que foram aplicadas as seguintes condenações, isoladas ou cumulativamente:

- a) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 4 anos, multa equivalente 100 vezes sua remuneração e perda da função pública, entre outras.
- b) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa equivalente ao dano ao erário e perda da função pública, entre outras.
- c) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, multa equivalente a no máximo 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- d) multa equivalente a até 24 vezes a remuneração do agente público e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de até 4 anos.
- e) Multa civil de até 24 vezes a remuneração do agente, perda dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 4 anos.

21. Entidade instituída pelo Poder Público, dotada de personalidade jurídica de direito público, destinada por lei ao desempenho de atividades típicas do Estado, com capacidade de autoadministração e mediante controle finalístico da Administração Pública.

O conceito acima refere-se

- a) às fundações públicas.
- b) às autarquias.
- c) às empresas públicas.
- d) às sociedades de economia mista.
- e) às organizações sociais.

22. Constitui dever do servidor público distrital, expressamente previsto na LC 840/2011:

- a) representar contra abuso de poder.
- b) declarar-se impedido nas hipóteses previstas em lei ou regulamento, exigência que não se aplica às hipóteses em que o servidor encontrar-se sob suspeição.
- c) cumprir as ordens superiores, independentemente de sua legalidade.
- d) atender com presteza os requerimentos de expedição de certidões para defesa de direito, exceto no caso de esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- e) agir com prudência, diligência e imperícia no exercício de suas atribuições.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

23. Conforme previsto na CF88, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único. Assinale a alternativa que NÃO representa uma diretriz de organização do S.U.S. na Constituição da República.

- a) atendimento integral à população.
- b) descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
- c) participação da comunidade.
- d) prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- e) prioridade para as atividades assistenciais, sem prejuízo dos serviços preventivos.

24. De acordo com o disposto no art. 200 da CF88, NÃO constitui competência do Sistema Único de Saúde:

- a) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- b) colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- c) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
- d) participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- e) fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, exceto bebidas e águas para consumo humano.

25. Sobre o Direito à Saúde na CF88, marque a afirmativa INCORRETA.

- a) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
- b) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- c) Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.
- d) Somente as instituições privadas filantrópicas e as sem fins lucrativos poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio.
- e) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fabio Dutra*

26. Acerca das limitações ao poder de tributar, previstas na Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços;
- b) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição;
- c) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis inferiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;
- d) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;
- e) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

27. Constitui exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal:

- a) a majoração da alíquota do ITBI.
- b) a majoração da base de cálculo do IPTU.
- c) a majoração da alíquota do IPTU.
- d) A majoração da base de cálculo do ITBI.
- e) A majoração da alíquota do ISS.

28. Submetem-se ao princípio da anterioridade anual, exceto:

- a) Majoração da base de cálculo do IPTU;
- b) Instituição de empréstimo compulsório decorrente de investimento público de caráter urgente.
- c) Instituição do ITCMD;
- d) Majoração da alíquota da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública;
- e) Instituição de empréstimo compulsório em caso de despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.

29. Acerca das imunidades tributárias, e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta:

- a) A entidade imune fica desobrigada do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- b) A imunidade recíproca não se aplica às Caixas de Assistência dos Advogados.
- c) É irrelevante para definição da aplicabilidade da imunidade tributária recíproca a circunstância de a atividade desempenhada estar ou não sujeita a monopólio estatal.
- d) As pessoas que exercem atividade notarial são imunes à tributação.
- e) As sociedades de economia mista prestadoras de ações e serviços de saúde, ainda que seu capital social seja majoritariamente estatal, não gozam da imunidade tributária recíproca.

30. Sobre o conceito de tributo, aponte a alternativa que não traz uma de suas características:

- a) é instituído mediante lei, em regra.
- b) não constitui sanção por ato ilícito.
- c) trata-se de receita derivada.
- d) o pagamento será realizado em moeda ou em cujo valor nela se possa exprimir.
- e) a cobrança se dá mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

31. São tributos de competência da União:

- a) A contribuição de iluminação pública e o imposto de importação.
- b) Os impostos residuais e o imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação.
- c) Os empréstimos compulsórios e o imposto sobre a propriedade territorial urbana.
- d) Os impostos extraordinários e os impostos municipais nos territórios federais divididos em Municípios.
- e) As contribuições de intervenção no domínio econômico e as contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

32. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), o fato gerador do imposto

- a) pode ser o exercício regular do poder de polícia.
- b) pode ser a valorização imobiliária, decorrente de obras públicas.
- c) consiste na utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico ou divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- d) independe de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- e) depende de uma atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

33. Sobre o tema “obrigação tributária e fato gerador”, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () Fato gerador da obrigação principal é a situação definida na legislação tributária como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- () Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- () Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- () Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos: tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

a) V, F, V, F

b) F, F, F, V

c) V, V, F, V

d) F, V, V, F

e) F, V, F, V

34. Acerca das taxas, assinale a afirmativa correta:

- a) admite-se a instituição de taxas por meio de decreto, desde que relativas à emissão de guias de pagamento de outros tributos.
- b) as taxas podem ter bases de cálculo próprias dos impostos.
- c) as taxas podem ser calculadas com base no capital social das empresas.
- d) as taxas podem se referir ao exercício regular do poder de polícia municipal.
- e) as taxas podem se referir a serviço público gerais prestados à população, como a limpeza de logradouros públicos.

35. Igor, que é domiciliado em Salvador/BA, vende um imóvel urbano situado em Rio de Janeiro/RJ a Sandro, domiciliado em Caxias do Sul/RS. Diante da situação em epígrafe, sujeita à incidência do ITBI, pode-se afirmar que o referido imposto será devido:

- a) ao Estado da Bahia.
- b) ao Município de Caxias do Sul.
- c) ao Estado do Rio Grande do Sul.
- d) ao Estado do Rio de Janeiro.
- e) ao Município do Rio de Janeiro.

36. A respeito da imunidade tributária recíproca, prevista no art. 150, VI, “a”, da CF/88, aponte a alternativa correta:

- a) A imunidade recíproca se restringe aos impostos, não alcançando outras espécies tributárias.
- b) A imunidade recíproca não alcança autarquias e fundações.
- c) A imunidade recíproca alcança empresas públicas e sociedades de economia mista de um modo geral, ressalvadas as restrições constantes no texto constitucional.
- d) A imunidade recíproca exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.
- e) A imunidade recíproca se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.

37. Assinale a opção correta acerca das contribuições especiais.

- a) As contribuições sociais são as únicas que podem incidir sobre as receitas de exportação.
- b) Quando não enquadradas no conceito de contribuições sociais, as contribuições especiais destinam-se à intervenção no domínio econômico ou ao custeio do serviço de iluminação pública, estando vedada qualquer outra destinação.
- c) Apesar de tais contribuições terem natureza tributária, nem todas são destinadas a órgãos e entidades públicas.
- d) No caso de incidência de contribuição social, não será admissível a aplicação de alíquota específica.
- e) É constitucionalmente admitida a incidência de CIDE sobre as exportações de serviços.

38. De acordo com o Código Tributário Nacional, a lei tributária:

- a) Deverá ser aplicada retroativamente, sempre.
- b) Em se tratando de infrações e penalidades, não poderá ser aplicada retroativamente, se o ato já tiver sido definitivamente julgado.
- c) Não poderá ser aplicada retroativamente, por violar o princípio da irretroatividade da lei tributária.
- d) A aplicação retroativa só poderá ocorrer na hipótese de lei expressamente interpretativa.
- e) A aplicação retroativa pode ocorrer apenas em se tratando de tributos, não alcançando penalidades pecuniárias.

39. Assinale a resposta correta a respeito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza.

- a) Incide sobre serviços de transporte intramunicipal;
- b) Incide sobre serviços de comunicação;
- c) Incide sobre operações de locação de bens móveis;
- d) Incide sobre serviços definidos em lei complementar. Nesse sentido, a incidência do imposto depende da denominação dada ao serviço;
- e) O contribuinte do ISS é o tomador do serviço.

40. A respeito da obrigação tributária, aponte a afirmativa incorreta:

- a) A obrigação tributária é principal ou acessória.
- b) A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, se converte em obrigação principal, relativamente à penalidade pecuniária.
- c) A exigência da obrigação acessória pressupõe a exigibilidade da obrigação tributária principal.
- d) O fato gerador da obrigação principal é a situação prevista em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- e) A obrigação principal compreende não só o pagamento de tributo, mas também o pagamento de multas tributárias.

41. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

- I - impugnação do sujeito passivo;
- II - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, em caso de modificação nos critérios jurídicos adotados pela administração tributária.
- III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando a lei assim determine;
- IV - recurso de ofício;
- V - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II, III, IV, e V;
- b) II, IV e V;
- c) I, III, IV e V;
- d) I, II, IV e V;
- e) II, III e V.

42. Acerca dos princípios tributários, aponte a alternativa correta:

- a) O princípio da vedação ao efeito de confisco não se aplica às multas tributárias.
- b) O princípio da liberdade de tráfego não admite a cobrança de ICMS no serviço de transporte interestadual de mercadorias ou pessoas.
- c) O princípio da anterioridade anual não veda a cobrança dos impostos extraordinários de guerra no mesmo ano da publicação da lei instituidora.
- d) O princípio da legalidade não admite que medida provisória institua tributos.
- e) O princípio da isonomia admite a distinção entre contribuintes, desde que com base na função ou ocupação por eles exercida.

43. Caso o imposto sobre grandes fortunas (IGF) venha a ser instituído, aponte a alternativa correta:

- a) Somente a União e os Estados poderão instituí-lo.
- b) A sua instituição pode ocorrer por meio de lei ou medida provisória.
- c) A produção dos efeitos da lei instituidora pode ocorrer no mesmo ano da sua publicação.
- d) A produção dos efeitos da lei instituidora pode ocorrer imediatamente a partir da publicação dessa lei.
- e) A Constituição Federal não fixou expressamente o que vem a ser “grandes fortunas”, para fins de incidência do IGF.

44. Acerca das regras acerca da solidariedade tributária, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

- () A solidariedade tributária deve ser sempre prevista na lei do ente tributante, não bastando o interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.
 - () A solidariedade tem por característica não comportar benefício de ordem.
 - () A solidariedade tem necessariamente como efeito o fato de o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveitar aos demais.
- a) F, F, V
 - b) V, F, F
 - c) F, F, F
 - d) V, F, V
 - e) V, V, V

45. Sobre os princípios da anterioridade anual, nonagesimal e irretroatividade, julgue os itens abaixo e, ao final, indique a alternativa que contem os que estão corretos à luz do que dispõe a CF.

I – O IPI se sujeita ao princípio da anterioridade anual e irretroatividade, sendo exceção à noventena.

II – A contribuição de iluminação pública se sujeita ao princípio da Noventena, ao princípio da anterioridade anual e irretroatividade.

III – O imposto de importação se sujeita apenas ao princípio da anterioridade anual e irretroatividade, sendo exceção ao princípio da noventena.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II.
- b) I, II, III.
- c) I, III.
- d) I.
- e) II.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

46. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando podem ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.

III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

47. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, e a lei relativa à contribuição de melhoria observará alguns requisitos mínimos, com exceção de um. Assinale-o.

- a) publicação prévia do memorial descritivo do projeto.
- b) publicação prévia do orçamento do custo da obra.
- c) publicação prévia do contratado executor da obra.
- d) publicação prévia da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição.
- e) publicação prévia da delimitação da zona beneficiada.

48. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de Lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

49. A Igreja Batista Alvorada alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às entidades religiosas.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a entidade religiosa é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

50. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Lei Complementar estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.
- III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser superiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

51. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 25% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

52. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.
- III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

53. O Governador do Distrito Federal, por meio de Decreto publicado em 22 de dezembro de 2020, alterou a base de cálculo do IPVA para incorporar a ela a atualização do valor monetário, conforme os índices oficiais de correção.

Sobre esta alteração de base de cálculo, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente pode ser feita através de lei, e terá eficácia imediata a partir da data em que esta lei tenha sido publicada.
- b) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que a lei tenha sido publicada.
- c) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.
- d) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente terá eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que o Decreto tenha sido publicado.
- e) Não é considerada majoração de tributo para fins de aplicação do princípio da reserva legal em sentido estrito.

54. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo a regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

55. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I-) Compete, privativamente, à autoridade administrativa constituir, pelo lançamento, a obrigação tributária, verificando a ocorrência do fato gerador.
- II-) O lançamento é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência da obrigação tributária correspondente, necessária para o surgimento do fato gerador.
- III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

56. As opções a seguir apresentam os efeitos do parcelamento do crédito tributário, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.
- b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) Suspender o curso do prazo prescricional.
- d) Impedir o lançamento do crédito tributário.
- e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

57. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

I-) De forma a não afrontar o Princípio da Equidade, a isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.

II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

58. A sociedade empresária XYWZZ Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

59. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

II-) Independentemente da inscrição em dívida ativa, pode-se presumir como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública, desde que exista o crédito tributário.

III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

60. Além de outras informações, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e do seu cônjuge ou companheiro, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro.
- b) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) a existência de indícios de crime contra a ordem tributária na origem da dívida.
- d) a data em que houve a ocorrência do fato gerador do tributo.
- e) o número do processo judicial de que se originar o crédito.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
